

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**12 a 14 de  
MAIO  
2018**



**TJ  
ES**

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

## OPERAÇÃO PROTOCOLO FANTASMA

# Justiça começa hoje a ouvir réus e testemunhas no caso da greve da PM

As audiências devem acontecer até a próxima sexta e a previsão é ouvir 93 pessoas

As audiências de instrução dos 24 acusados de envolvimento no movimento de paralisação da Polícia Militar do Espírito Santo, ocorrido em fevereiro de 2017, que impediu que policiais militares saíssem às ruas, começa hoje e vai até sexta-feira.

As audiências serão presididas pela juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª Vara Criminal de Vitória. Ao todo, entre acusados e testemunhas, serão ouvidas 93 pessoas.

No decorrer das audiências, com depoimentos dos réus e testemunhas, será decidido se as pessoas denunciadas realmente tiveram interferência na paralisação. E, em caso de confirmação de envolvi-



Durante a greve da PM, em fevereiro do ano passado, a Força Nacional reforçou a segurança nas ruas do Estado

mento, as cabíveis punições serão encaminhadas pela relatora.

A Operação Protocolo Fantasma, do Ministério

Público Estadual, acusa 10 PMs e 14 familiares de participação no movimento. Durante as audiências, os réus poderão

apresentar resposta à acusação feita pelo Ministério Público.

As audiências serão realizadas no salão do

Tribunal do Júri do Juízo de Vitória em razão do elevado número de pessoas que vão depor, o que inviabiliza a realiza-

## NA JUSTIÇA

## 93

pessoas

É o número de pessoas, entre acusados e testemunhas, que serão ouvidas nas audiências.

ção das mesmas na 4ª Vara Criminal.

### “DOA A QUEM DOER”

O presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo, Tenente-coronel Rogério Fernandes Lima, vai depor como testemunha.

Em nota, a Assomes afirmou que “o presidente buscará esclarecer com o seu testemunho a justiça na apuração dos fatos. A verdade será dita do a quem doer, pois não se pode admitir a intolerância como ocorreu no mês fevereiro de 2017.”

FERNANDO MADEIRA - 09/02/2017



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

## LEONEL XIMENES



### ***TJ prepara grande mobilização para ouvir militares grevistas***

A Justiça está mobilizando uma megaestrutura, na semana que vem, para as audiências de instrução nos processos criminais relativos à greve da Polícia Militar, ocorrida em fevereiro de 2017.

#### **Os réus**

A logística, organizada e coordenada pela juíza titular da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Souza de Oliveira, vai dar suporte às audiências de 72 testemunhas e 24 réus (PMs e algumas esposas), totalizando 96 pessoas a serem ouvidas no salão do Júri do Fórum Criminal na Cidade Alta.

#### **A estrutura**

Além das testemunhas, atuarão nas audiências 19 advogados e 20 servidores do Poder Judiciário. Ao todo, serão oferecidas 89 refeições e cerca de 300 litros de água. Estima-se que cada audiência dure entre 12 e 15 horas. Serão quatro dias: segunda e terça para as mulheres e quinta e sexta para os homens.

#### **A segurança**

O Judiciário preparou também um grande esquema para a normalidade e a tranquilidade do ato processual. A segurança será feita por policiais militares posicionados em locais estratégicos no fórum. As testemunhas ficarão em local reservado, anexo ao salão do júri.

# PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

## Corregedoria do TJ vai a Fundão

A Corregedoria Geral de Justiça vai fazer uma correição na comarca de Fundão a partir da próxima semana. Os juízes corregedores vão verificar in loco sobre a denúncia da juíza Priscila Murad, que também é diretora do Fórum, sobre a falta de servidores, segundo informou, em nota, o Tribunal de Justiça do Estado. A correição também vai tomar providências.

Segundo o promotor de Fundão, Egipto Gomes Rios, a situação na comarca é caótica. "Eu enviei um ofício para o procurador-geral da Justiça, Eder Pontes, no sentido dele intervir nessa situação, porque a juíza já está ameaçando fechar os dois cartórios. Não tem servidor, o Fórum está funcionando somente com estagiários e estagiários não podem assinar certidões. Está atrapalhando o atendimento à população".

Segundo o promotor, não é a 1ª vez que isso acontece na comarca. "No ano passado, a juíza fechou os cartórios", disse.

\* \* \*

### "Está sem ninguém"

O Tribunal de Justiça informou, à coluna de ontem, que um servidor assumiria suas funções hoje na comarca de Fundão. O servidor teria pedido transferência de Linhares para o município.

Porém, segundo o promotor Egipto Gomes Rios, o servidor tem direito a um período de trânsito, de oito dias, até assumir. "Está sem ninguém".

## Acusado de estupro e assassinar Thayná Andressa vai a júri popular

Ademir Lúcio Araújo Ferreira, acusado de estupro e matar a menina Thayná Andressa de Jesus, 12, em outubro de 2017, vai a júri popular. A decisão da juíza Jaqueline Teixeira da Silva, da 3ª Vara Criminal de Viana, foi divulgada na noite de ontem. Ele não poderá recorrer em liberdade.

Tahyná foi sequestrada, no bairro Universal, em Viana, e levada para o bairro Areinha, onde foi violentada e morta. Os restos mortais dela foram encontrados perto de uma lagoa e foram identificados através de exame de DNA. Ademir foi preso dias depois no Rio Grande do Sul.



**ADEMIR FERREIRA** foi preso no Rio Grande do Sul

## Ex-vereador condenado a 18 anos de prisão

O ex-vereador de Mimoso do Sul José Jardel Astolpho foi condenado a 18 anos e 6 meses de reclusão pelo assassinato do próprio cunhado, Sebastião Carlos de Oliveira Filho. O julgamento aconteceu em Vila Velha, na tarde de ontem e foi presidido pelo Juiz Romilton Alves Júnior. Segundo o promotor assistente de acusação Luiz Cláudio Almeida, o acusado responderá em liberdade.

RENATA RASSELI

ZIG ZAG

zig-zag@redgazeta.com.br  
(27) 3321-8516

@zigzag\_ag

## Ministro do STF em Vitória

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), *Alexandre de Moraes*, estará em Vitória no dia 30 de julho para participar da conferência de abertura do 6º Congresso Brasileiro Médico e Jurídico da Saúde (Comedjur). Na ocasião, o doutor em Direito Constitucional falará sobre “Direito à Saúde na Constituição Brasileira”.

ALDO REBELO PRÉ-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO SD

# “Juízes não querem perder o foro”

O pré-candidato à Presidência, que chega hoje ao Estado, partiu para o ataque contra autoridades da Justiça e do Ministério Público

Brunella França  
Luiz Fernando Brumana

**P**ré-candidato à Presidência da República pelo Solidariedade, o ex-presidente da Câmara Federal e ex-ministro Aldo Rebelo criticou autoridades do Judiciário e do Ministério Público.

Ao ser questionado sobre a proposta de estender a restrição do foro a todas as autoridades, Rebelo defendeu o mecanismo e disse que magistrados e membros do MP não querem perder o foro especial, restrito em decisão recente do Supremo Tribunal Federal a crimes cometidos no mandato e em função do cargo. Aldo Rebelo chega ao Espírito Santo hoje.

**A TRIBUNA** - O senhor já foi presidente da Câmara dos Deputados e ministro. Como se posiciona em um cenário no qual o novo na política está sendo uma aspiração na eleição?

**ALDO REBELO** - A política não tem idade, tem atualidade. O homem público afinado com seu tempo estuda o passado para forjar o futuro.

A renovação se dá naturalmente, com o surgimento de lideranças que atendem às necessidades do momento histórico. As novidades não se expressam apenas nas pessoas, nas personalidades, mas principalmente nas ideias renovadoras.

> O senhor deixou o PCdoB, passou para o PSB, onde ficou quatro meses, e agora está no Solidariedade. Não conseguiu se adaptar ao ninho socialista?

Pelo contrário, adaptei-me e convivi muito bem com os companheiros do PSB. Temos em comum numerosos pontos de identidade programática que continuamos a compartilhar numa jornada conjunta pela democracia e o desenvolvimento.

**POLÍCIA FEDERAL EM AÇÃO:** para Rebelo, a operação Lava a Jato não pode virar uma cruzada moral e seletiva



## Projeto nacional

Aldo Rebelo (SD) aposta em frente ampla

### AS METAS

Redução das desigualdades sociais, retomada do crescimento e a preservação da democracia.

### DESENVOLVIMENTO

Um projeto nacional com amplos setores da sociedade e de orientações políticas diversas.

### FUTURO DE TEMER

Se o ex-presidente Lula foi encarcerado, qualquer outro corre o mesmo risco.

> O SD tem posições sindicais, em alguns pontos mais moderadas que o PCdoB - onde o senhor passou mais de 40 anos. Como manter uma relação consonante na eleição?

Um dos pontos mais fecundos de minha plataforma é a união de forças em prol do Brasil.

Pode haver diferenças num aspecto ou outro do programa, os métodos podem variar, mas prevalece nos partidos um objetivo final decisivo e mais importante, que

é a grandeza do Brasil e a melhoria do padrão de vida material e espiritual de seu povo. O País patina numa crise grave. A hora é de unir as forças em torno de um programa de superação das dificuldades.

> Quais são suas principais propostas?

Os principais pontos de meu programa de governo são aqueles da redução das desigualdades, o combate ao desemprego e o fortalecimento da democracia.

Atingiremos essas metas por meio de um projeto nacional de desenvolvimento e definição dos setores-chave para investimentos. A indústria terá um novo de capa-

FELIPE ARAUJO/ESTÁDIO



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL - 02/12/2016

### QUEM É

#### Aldo Rebelo

> JORNALISTA e político, é natural de Viçosa, em Alagoas, tem 62 anos.

> INICIOU sua carreira política como presidente da União Nacional dos Estudantes.

> EX-MINISTRO da Defesa, do Esporte e da Ciência, presidiu a Câmara de 2005 a 2007. Coordenou as relações institucionais do Governo Lula em 2004 e 2005.

**ALDO REBELO** disse que um dos pontos mais importantes da sua plataforma é a união de forças em prol do Brasil

citação tecnológica para atender ao mercado externo e inserir-se na concorrência globalizada.

A agropecuária pode acelerar a inovação e receber apoio diplomático para desviar-se da competição predatória de outros países. O setor de serviços, apesar de ilhas de excelência, tem um índice de produtividade baixo. O Estado, em parceria com a iniciativa privada, deve aprimorar a infraestrutura para viabilizar negócios e melhorar a circulação de mercadorias.

> Mas como, efetivamente, chegar a esses resultados?

Desenvolvimento se promove com base num projeto nacional engajando amplos setores da sociedade, mesmo com orientação política e ideológica diferente.

Na atual situação de crise e desorientação do Brasil, só um novo governo, legítimo e consagrado pelo voto popular, terá condições de formular esse projeto, articulando as ações do Estado e da iniciativa privada para a produção de riquezas e, com elas, a geração de renda, empregos. A tarefa mais urgente é enfrentar o desemprego. Criar empregos deve ser uma prioridade moral do futuro presidente.

> O senhor fez parte do governo de Lula e Dilma. Como encara a prisão do ex-presidente?

A prisão do ex-presidente Lula me parece resultado de processos de pouca ou nenhuma consistência jurídica. Pelo que leio, seus advogados estão tentando sua libertação e garantem que ele poderá se

“A tarefa mais urgente é enfrentar o desemprego. Criar empregos deve ser uma prioridade moral do futuro presidente”

registrar para disputar as eleições.

> Como avalia a proposta do ministro Toffoli de estender a restrição do foro privilegiado para todas as autoridades?

O foro especial, instituído pela Constituição de 1891, não é um privilégio, mas uma prerrogativa da função. Surgiu como salvaguarda para proteger o parlamentar em suas opiniões e votos, e depois foi estendido a outras autoridades, como as do Judiciário e do Ministério Público, que, aliás, não querem perder essa proteção.

Não creio que a extinção ou mesmo a limitação do foro vá apressar as ações na Justiça. Pelo contrário, fazendo os processos percorrerem até quatro instâncias, a demora pode ser maior e a impunidade também.

> E a atuação da Lava a Jato?

O combate à corrupção é uma necessidade permanente. Não pode, no entanto, virar uma cruzada moral e seletiva. Toda cruzada do bem contra o mal tende a se desviar da regra da igualdade de todos perante a lei. Pende para o autoritarismo judicial, despreza os ritos legais, força sentenças baseadas

### AGENDA

#### Aldo Rebelo em Vitória

- > CHEGADA: por volta das 10h.
- > ENCONTRO COM SINDICATOS às 11 horas, na sede da Força Sindical capixaba, no Centro de Vitória.
- > ALMOÇO com o governador Paulo Hartung (MDB), no Palácio Anchieta, às 12h30.
- > VISITA à Assembleia Legislativa e encontro com a militância do partido por volta das 15 horas. Podem ocorrer mudanças.

em convicções e não em provas, além de ser muito seletiva, pois alcança mais os acusados fora do círculo das opções político-partidárias de promotores e juízes.

O combate à corrupção deve punir os corruptos, não o País.

> E quanto ao Espírito Santo, como pretende atender as demandas do Estado caso eleito?

O Espírito Santo tem uma indústria que se destaca por marcas de tradição e peso nacionais, assim como seu café, de produção em crescente qualidade. O Estado dispõe de estrutura voltada à produção e beneficiamento de “commodities”, e portanto uma necessidade urgente é melhorar as trocas com outras unidades da federação e tirar proveito da indústria do petróleo.

O Espírito Santo será aquinhoados nos planos de crescimento regional articulados com o projeto nacional de desenvolvimento.



**PERITOS** deixam a casa onde Kauã e Joaquim (destaques) morreram, levando enxada e caixa de ferramentas

### TRAGÉDIA EM LINHARES

# Nova perícia na casa onde irmãos morreram

Os peritos usaram uma enxada e um marcador a laser durante a nova investigação realizada na casa, que durou cerca de 3 horas

**Wilton Junior**  
LINHARES

Uma nova perícia da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros foi realizada na tarde de ontem, na casa dos pastores George Alves e Juliana Sales, no Centro de Linhares, Norte do Estado. Dessa vez, eles usaram enxada e até marcador a laser durante os trabalhos, que duraram 3 horas.

No último dia 21 de abril, os irmãos Joaquim Alves Sales, de 3 anos, e Kauã Sales Butkovsky, 6, morreram carbonizados dentro do quarto em que dormiam.

O pastor George Alves, que estaria sozinho com as vítimas no dia do incêndio, está preso desde o dia 28, no Centro de Detenção Provisória de Viana II. Ele é acusado de mudar as cenas do local onde ocorreu a tragédia.

Como o processo corre em segredo de Justiça, os dois agentes da Polícia Técnico-Científica de Vitória e os dois militares do Corpo de Bombeiros de Linhares que realizaram a nova etapa da perícia não conversaram com a imprensa.

Questionados pela reportagem de A Tribuna, já dentro do carro, os agentes se limitaram a dizer que a perícia buscava "revisar o que já foi feito" e "realizar medições". Nenhum objeto foi recolhido da casa.

Durante o trabalho dos peritos, também foram ouvidas fortes batidas dentro da casa. O som era na direção da sala do imóvel, onde funcionava o escritório do pastor George. Através de uma das janelas da casa, era possível ver um dos

peritos com o jaleco da Perícia Criminal transitando pelo local, justamente no momento em que ocorria o barulho. Perguntados sobre as batidas dentro da casa, os peritos nada responderam.

### DEPOIMENTOS

Ontem, o delegado Romel Pio de Abreu Júnior, responsável pelo inquérito policial, deu continuidade aos trabalhos de investigação sobre a morte das duas crianças.

Por volta das 9 horas, dois bombeiros que atuaram na operação de combate ao incêndio na casa do pastor George e da esposa dele, Juliana Sales, chegaram para depor na 16ª Delegacia Regional de Linhares (DRL). Eles ficaram no local por cerca de 40 minutos e saíram sem falar com imprensa.

Por nota, a Polícia Civil informou que o caso segue sob sigilo de Justiça e que as investigações são acompanhadas pelo Ministério Público.



TRAGÉDIA EM LINHARES

# Polícia realiza sexta perícia dentro de casa incendiada

**Equipe de Vitória e bombeiros mediram cômodos do imóvel onde irmãos morreram**

▲ LORETA FAGIONATO  
▲ BRUNELA ALVES

Uma equipe da Polícia Civil de Vitória, com dois peritos, esteve em Linhares ontem para realizar a sexta perícia na casa onde aconteceu o incêndio que matou os irmãos Kauã Salles, de 6 anos, e Joaquim Alves, de 3 anos.

A perícia começou às 14h30 e contou também com a presença de dois bombeiros. Os policiais chegaram ao local com uma enxada. Na primeira meia hora de trabalho, um dos peritos saiu duas vezes para buscar ferramentas na viatura.

Por volta das 16h15, dois bombeiros chegaram ao imóvel. A equipe fez medição dos cômodos e deixou a casa após duas horas e meia, às 17 horas. Um dos peritos informou à reportagem que foram feitos procedimentos de praxe e que mais detalhes não poderiam ser passados.

A primeira perícia foi realizada no dia da tragé-



Perito da Polícia Civil de Vitória entra em casa onde aconteceu incêndio que vitimou irmãos

dia, 21 de abril. Desde então, outras vistorias foram feitas no local. Em uma delas, foi feita análise com o reagente luminol, que indicou vestígios de sangue no imóvel.

O sangue encontrado será confrontado com os padrões biológicos de Kauã e Joaquim.

Pela manhã, dois bombeiros que participaram do combate ao incêndio prestaram depoimento na delegacia. Eles ficaram no

local por cerca de 40 minutos e não quiseram falar com a imprensa.

Com isso, a Polícia Civil já ouviu pelo menos 24 pessoas durante as investigações da tragédia. Fontes informaram à reportagem que mais duas testemunhas seriam ouvidas ontem, no entanto a defesa do pastor George Alves, 36, teria pedido adiamento.

O pastor, que é pai de Joaquim e padrasto de Kauã, estava na casa no dia do in-

BRUNELA ALVES

cêndio. Ele está preso desde o dia 28 acusado de atrapalhar as investigações sobre as circunstâncias do caso.

A advogada Taycê Ak-sacki foi procurada, mas não atendeu às ligações. Na quinta-feira, mais dois bombeiros foram ouvidos. Eles ficaram na delegacia por duas horas.

Durante esta semana, familiares da pastora Juliana Salles, mãe de Kauã e Joaquim, também prestaram depoimento. A irmã, o cunhado e o pai de Juliana foram ouvidos. Nos próximos dias, novas testemunhas devem ser chamadas para depor. Ainda faltam os resultados das perícias realizadas para a conclusão do inquérito, mas não há um prazo determinado para isso.

O caso é tratado como complexo dentro da polícia, devido ao aprofundamento das investigações. Foram recolhidas imagens de câmeras de videomonitoramento da rua onde fica a casa que aconteceu a tragédia e imagens de circuito interno de shopping, hotéis e lanchonetes para auxiliar o trabalho policial.

FACEBOOK/GEORGE ALVES



Joaquim, 3 anos, e Kauã, 6, foram carbonizados



**HELIOSANDRO**, vereador de Vila Velha, disse que vinculação do nome da mulher ao caso não passa de uma farsa

### CASO DA ARMA NO CARRO

## Vereador vai denunciar cabo à Corregedoria

**Heliosandro acusa Cabo Porto de calúnia por ter vinculado nome de sua mulher à detenção de Stefano Andrade, parlamentar da Serra**

Leandro Reis

O vereador de Vila Velha Heliosandro Mattos (PR) afirmou que vai ajuizar ação contra o Cabo Porto (PSB), vereador da Serra, na Corregedoria da Polícia Militar, ainda hoje.

Ele acusa o cabo de calúnia, difamação e injúria por ter vinculado o nome de sua mulher, a procuradora de Justiça Karla Sandoval, à detenção do vereador Stefano Andrade (PHS) e dois servidores na

sexta-feira, com um revólver calibre 21 e R\$ 11,1 mil em espécie dentro de um HB20 sedã branco.

Conforme **A Tribuna** informou ontem com exclusividade, o veículo apreendido pela PM está no nome de Karla, segundo o Detran.

Quem denunciou o carro em que estavam Stefano e os servidores foi Cabo Porto, que disse estar sendo perseguido na ocasião. "Ele foi a pessoa que se reportou ao veículo de comunicação para atingir minha honra e a honra da minha esposa", disse Heliosandro.

Embora ainda esteja no nome da procuradora, o carro, segundo Heliosandro, foi vendido no dia 4 de abril deste ano para uma mulher de nome Elizete Carlini.

A transferência de nome ainda não foi concluída porque, segundo a própria Elizete, o documento da negociação foi extraviado, mas ela

afirmou que será providenciado nos próximos 30 dias.

Além disso, Heliosandro enviou um recibo de pagamento de IPVA do dia 7 de maio, realizado por um dos servidores detidos, o atual dono do carro.

Segundo Heliosandro, a vinculação de Karla Sandoval ao caso não passa de uma "farsa". Para ele, a disputa de poder na Câmara da Serra serviu para o Cabo Porto retaliar a procuradora por conta das investigações que ela fazia quando supervisionava a atuação da Polícia Militar. Um dos alvos seria o Cabo Porto, além de um ex-soldado da PM.

"Percebendo-se o registro do carro ainda em nome de minha mulher, o Cabo Porto tentou fazer uso político para denegrir a imagem dela", afirmou Heliosandro Mattos.

### ENTENDA O CASO

#### Parlamentar foi detido

> **UMA SESSÃO** na Câmara da Serra havia sido convocada para sexta-feira para votar um projeto de lei. Por falta de quórum, não aconteceu.

> **ALGUNS VEREADORES** saíram em comboio para almoçar. Cabo Porto suspeito de um carro que vinha atrás e acionou a PM. No carro, estavam Stefano Andrade e dois servidores da Casa.

> **NO VEÍCULO**, foram encontrados um revólver calibre 32 e R\$ 11,1 mil. Stefano foi autuado por porte ilegal, pagou fiança e foi liberado. Os servidores também foram liberados.

> **O DETRAN** confirmou que o veículo está no nome da procuradora de Justiça Karla Sandoval, mulher do vereador de Vila Velha Heliosandro Mattos. Heliosandro enviou documentos relativos ao carro, sustentando que, embora ainda esteja no nome da procuradora, o veículo foi vendido.

## Parlamentar diz que irá à Justiça contra Heliosandro

Após a repercussão das declarações do vereador Heliosandro Mattos (PR) sobre o uso político do nome de sua esposa, o Cabo Porto (PSB) afirmou que entrará com ação de injúria contra o vereador Heliosandro, assim que as investigações da Polícia Civil forem encerradas.

Segundo ele, Heliosandro está tentando "inverter a situação" ao acusá-lo de retaliação: "E eu não estava sozinho. Ele está imputando a mim e a outros sete vereadores a condição de mentirosos."

"Cabe a quem acusa o ônus da prova. É fato que a arma e o dinheiro estavam no carro. Não é culpa minha o veículo estar no nome dela. Eles que têm que responder."

"Ele está querendo duvidar da palavra de todos os policiais que estavam presentes na abordagem? Ou ele está confundindo perseguição política com perseguição veicular?", questionou o cabo.

Em sua defesa, o cabo disse ainda que as investigações da procuradora Karla Sandoval a respeito da atuação da Polícia Militar foram rotineiras.

"Já comandi várias operações em que abriam inquéritos comandados pela Karla Sandoval. O Ministério Público supervisiona, é uma coisa normal", disse o cabo.

Segundo o cabo, nenhum inquérito aberto pela procuradora na auditoria militar chegou a prejudicá-lo.



vvogas@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

# VITOR VOGAS

PRAÇA OITO



## Voltas da política canela-verde

Em suas origens políticas, o vereador Ivan Carlini (DEM), presidente da Câmara de Vila Velha, era um grande aliado de José Carlos Gratz. Quando este se julgava "invencível" e era o todo-poderoso presidente da Assembleia Legislativa, na virada dos anos 1990 para a década seguinte, Ivan já era vereador em Vila Velha, tendo seu eleitorado concentrado nas ruas da Grande Cobilândia, assim como Gratz. E foram exatamente as ruas do popular bairro canela-verde que evidenciaram essa relação política, em um dos primeiros dos muitos problemas que o ex-bicheiro acumularia na Justiça.

No ano eleitoral de 2002, Gratz usou mais de R\$ 2 milhões desviados do Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (Dert) para "patrocinar" o asfaltamento, sem licitação, de ruas em Cobilândia, "boa ação" feita, evidentemente, com fins eleitoreiros. Para os moradores, ótimo: a despeito da origem dos recursos, o problema foi solucionado. Para Gratz, melhor ainda: posou como "benfeitor" da comunidade, incrementando o próprio prestígio político; para Ivan, idem: por tabela, também se beneficiou da benfeitoria e aumentou seu capital político. Só tinha um enorme problema: a operação foi feita totalmente à margem da legalidade, e aqueles recursos não poderiam jamais ter sido usados para aquela finalidade. Simples assim.

O caso originou ações contra Gratz na Justiça, tanto de natureza criminal como civil pública (por improbidade administrativa), a partir de denúncias oferecidas pelo Ministério Público Estadual. Ivan também foi denunciado. Pelo mesmo episódio, o TRE cassou o registro de candidatura de Gratz em dezembro de 2002, antes de sua nova posse na Assembleia.

Um dos autores originais da denúncia foi Max Filho, então no primeiro mandato como prefeito de Vila Velha. Em maio de 2008, como testemunha de acusação, ele afirmou em juízo que Gratz o procurara para propor o asfaltamento das ruas. Ele disse "ótimo", desde que tudo fosse feito

dentro da legalidade. Gratz preferiu agir do jeito dele, à revelia do prefeito.

Mas a política é uma senhora matreira e faz das suas com o passar dos anos. No dia 1º de janeiro de 2009, Max passou a faixa de prefeito para seu adversário, Neucimar Fraga. No mesmo dia, Ivan Carlini elegeu-se presidente da Câmara Municipal, cadeira da qual nunca mais se levantou. E hoje de volta à prefeitura, Max claramente depende de Ivan. Só isso explica a posição do prefeito de lavar as mãos ante a iminente reeleição do antigo aliado de Gratz para mais um biênio (o 6º) à frente do Legislativo municipal.

Não há que se falar em aliança. Não há propriamente uma parceria política, como houve entre Ivan e os antecessores de Max, Neucimar e Rodney. Mas há, isto sim, uma relação de interdependência política. À parte os argumentos republicanos relacionados por Max – o respeito à autonomia do Poder Legislativo etc. –, o fato é que todo prefeito, aliás todo chefe de Executivo, costuma valer-se da sua posição, quando pode, mais ou menos discretamente, para influenciar na escolha do chefe do Legislativo. Quando pode.

E este é precisamente o ponto: Max, hoje, não está em condições de fazê-lo. Dos 17 vereadores que saíram das urnas em 2016, só unzinho foi eleito pela coligação do prefeito, e mesmo assim é volátil como uma vara de bambu: Heliosandro Mattos (PR).

Por sua vez, com o poder que acumulou em uma década no cargo, Ivan hoje é quase unanimidade entre seus pa-

—  
Em suas origens políticas, o vereador Ivan Carlini (DEM) era um grande aliado de José Carlos Gratz.

res. Se comprasse uma briga agora com Ivan, Max poderia bater de frente não só com o presidente, mas com a maior parte dos edis, o que poderia desencadear uma crise política entre os Poderes. E a última coisa de que Max precisa agora, e nos últimos dois anos de mandato, é de um plenário que lhe seja pouco amigável.

Ao contrário, mais do que nunca – sobretudo após a pré-candidatura frustrada ao governo –, Max precisa realizar um bom 2º tempo de mandato, em 2019-2020. Para isso, não pode se dar ao luxo de jogar vereadores contra ele e de viver em conflito com a Câmara. Manter uma boa relação com esta é fundamental para o êxito da administração. E o fiador dessa estabilidade é o presidente do Legislativo. Dependendo de quem ocupa o posto, pode tanto facilitar a vida do prefeito como torná-la um inferno (perguntem a Audifax Barcelos).

São voltas que a política dá: há 15 anos ninguém imaginaria, mas hoje a paz política de Max está nas mãos de Ivan Carlini. Quem diria...



### CENA POLÍTICA

O deputado Evair de Melo (PP) anda possesso com o nível do Congresso e a desvalorização dos parlamentares que realmente querem fazer um trabalho sério. Dia desses, perguntamos a ele quais eram as novidades. Só isso. A resposta veio na forma de um tex-

tão-desabafo: "A vida não é fácil para quem quer enfrentar o dia a dia. É só pedrada! Rapaz, dá vontade de chorar. Eu te convido! Vamos passar a semana juntos! Sabe da minha refeição hoje? As 7h da manhã, dois pães com ovo, e uma maçã por volta das 12h!"



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

**LEONEL XIMENES*****Laranja da Terra revoga auxílio-moradia do prefeito***

Pouca gente sabia, mas Laranja da Terra também tinha uma lei de auxílio-moradia que beneficiava o prefeito de plantão. A norma, aprovada em 1994 e de autoria do ex-prefeito Cláudio Pagung, acaba de ser revogada pela Câmara de Vereadores. A lei autorizava o chefe do Executivo a morar dentro da prefeitura ou optar por uma casa de cerca de 170m<sup>2</sup>, cujo aluguel seria bancado pelo orçamento municipal.

---

**Estagiária leva culpa  
por auxílio duplo a juiz**

Em documento datado de 20 de abril, a corregedora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), Nizete Lobato Carmo, isentou de culpa a juíza federal que deu decisão concedendo auxílio-moradia ao juiz Marcelo Bretas – que já gozava do auxílio-moradia de sua mulher, a também juíza Simone Bretas. A corregedora jogou a responsabilidade para uma estagiária e para o diretor da vara.

## Advogados criticam decisões

As decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), encabeçadas pelo ministro Luís Roberto Barroso, de negar a concessão de indulto ou a progressão de regime para condenados que estão inadimplentes com as multas aplicadas no julgamento do mensalão têm sido criticadas por advogados.

As defesas alegam que os decretos presidenciais de concessão de indulto estendem o perdão judicial para as penas pecuniárias e a Procuradoria-Geral da República (PGR) já concordou com os advogados no caso de Enivaldo Quadrado, sentenciado a três anos e meio em regime aberto.

O decreto de indulto editado pela ex-presidente Dilma Rousseff em dezembro de 2015 diz, no artigo 7º, que "o indulto ou a comutação da pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos alcança a pena de multa aplicada



**BARROSO: multa deve continuar**

cumulativamente".

E o parágrafo único deste artigo acresce: "A inadimplência da pena de multa cumulada com pena privativa de liberdade ou restritiva de

direitos não impede a declaração do indulto".

Mesmo reconhecendo a autorização dada por aquele trecho do decreto, o ministro Barroso tem apontado outro trecho da mesma regra para argumentar que o indulto às multas só deve ser concedido quando o condenado demonstrar que "não tem capacidade econômica de quitar a sanção".

"Nessas condições, tenho que a automática concessão do indulto da multa a condenado que tenha condições financeiras de quitá-la, sem sacrifício dos recursos indispensáveis ao sustento próprio ou de sua família, constituiria, em última análise, injustificável descumprimento de decisão judicial e indesejável tratamento privilegiado em relação àqueles sentenciados que tempestivamente pagaram a sanção pecuniária", tem argumentado o ministro.

## ÁUDIOS REVELAM

## Juiz da Corte de Direitos Humanos agride a ex-mulher

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL



**Roberto Caldas integra a Corte de Direitos Humanos**

Áudios obtidos pelo jornal O Globo na tarde de ontem revelam a rotina de agressões físicas, xingamentos e humilhações psicológicas vivida por Michella Marys Pereira, ex-mulher do juiz Roberto Caldas, integrante da Cor-

te Interamericana de Direitos Humanos. Foi a própria Michella quem fez as gravações. Em uma delas, quando os dois aparentemente estavam dentro de um carro, ele xinga a mulher e há um barulho de uma pancada seguido de

uma reclamação de dor. “Eu não menti nada!”, diz ela, durante a discussão. “Sei!”, responde o homem, na gravação. Ouve-se então o barulho e xingamentos: “Cachorra, mentirosa!” “Ai! Credo, doeu!”, reclama Michella.

“Mentiu o caralho! Foda-se”, responde o marido. A notícia das agressões foi publicada pela revista “Veja”. Na última quarta-feira, conforme revelou a revista, o magistrado compareceu ao 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Brasília, onde tramita um processo sobre o caso. O Ministério Público chegou a pedir que o Juizado concedesse uma medida protetiva para proibir que o advogado se aproximasse da mulher, mas o juiz negou por considerar que Caldas já saiu de casa e porque, para o magistrado, as questões que envolvem o casal são “aparentemente” financeiras.

### **Juiz de direitos humanos é acusado de agressão**

Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto Caldas é acusado pela ex-mulher, Michella Pereira, de injúria, agressão, espancamento e ameaça de morte.

Por meio da defesa, ele nega agressões e diz que não pode falar sobre o processo, que corre em sigilo. A revista Veja revelou ontem as acusações da ex-mulher, que conta ter sido agredida.



MENSALÃO

# Condenados devem R\$ 34 milhões à União

Dez das 24 pessoas condenadas ainda não pagaram nem procuraram parcelar multas, quatro anos após o julgamento

RIO

Quatro anos após o julgamento do mensalão, 10 dos 24 condenados ainda não pagaram as multas impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que hoje somam mais de R\$ 34 milhões. Para reprimir o calote, o ministro Luís Roberto Barroso, relator das execuções penais, tem condicionado a progressão de regime e a concessão de indultos ao pagamento ao menos de parcelas das dívidas.

Levantamento mostra que o maior devedor é o publicitário Marcos Valério, condenado a mais de 37 anos de prisão e com uma dívida de mais de R\$ 7,5 milhões já em processo de execução fiscal.

Logo após ser condenado, ele pediu ao STF desbloqueio de contas da 2S Participação, da qual era sócio, para efetuar o pagamento.

Três meses após o julgamento, porém, o então ministro Joaquim Barbosa negou o desbloqueio, argumentando que os valores também eram fruto dos crimes cometidos por Valério.

Há casos, porém, em que os condenados conseguiram provar que não tinham condição de pagar as multas e, com isso, conseguiram progressão depois de cumpridos os anos previstos no regime fechado de prisão. É o caso de Ramon Hollerbach (multa de R\$ 6,7 milhões) e Cristiano Paz (R\$ 6,1 milhões), ex-sócios de Valério, condenados a 27 anos e 23 anos de



MARCOS VALÉRIO é o maior devedor entre os mensaleiros: R\$ 7,5 milhões

prisão, respectivamente.

No caso do ex-deputado Pedro Corrêa, personagem de vários escândalos de corrupção, a multa de R\$ 2,7 milhões no mensalão nunca foi paga ou sequer houve tentativa de parcelamento. Após ter sido condenado a mais de sete anos de prisão, ele foi novamente preso na Lava a Jato, por ter se beneficiado de propina oriunda de contratos da Petrobras. Corrêa era um dos líderes do PP.

Outro caso emblemático é do ex-

diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolatto. Único dos condenados do mensalão a fugir do País, ele deve mais de R\$ 3 milhões e deveria ficar preso por mais de 12 anos, mas conseguiu a liberdade condicional por decisão de Barroso. O ministro determinou uma série de condições para a progressão do regime, entre elas a formalização do parcelamento da multa. A reportagem entrou em contato com as defesas dos condenados, mas elas não responderam.



**DEBORAH SABARÁ** reclamou que o tempo para que as pessoas fossem aos cartórios fazer a retificação foi curto

**TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

## Mais de 80 mudaram nome no título eleitoral

O número registrado no Estado, porém, foi considerado pequeno pelo movimento LGBT, que criticou prazo dado pela Justiça Eleitoral

**Brunella França**  
**Tiago Alencar**

**A**o todo, 83 mulheres e homens trans procuraram os cartórios eleitorais no Estado para solicitar a inclusão do nome social no título de eleitor até o último dia 9 – prazo final para alteração de dados na Justiça Eleitoral e para poder votar em outubro.

Mas, para representantes de movimentos pelos direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), esse número foi pequeno.

De acordo com Aubrey Efegen, coordenador do grupo Cores e do Fórum LGBT-ES, há cerca de 10 mil pessoas trans na Grande Vitória.

E apenas 41 buscaram incluir o nome social no título.

Esse balanço, segundo ele, “mostra o quanto nossa sociedade ainda precisa dar espaço para essas pessoas trans assumirem suas condições e promoverem sua real identidade, assim como a divulgação desse tipo de direito necessita de mais apoio”.

Presidente do Conselho Estadual LGBT e coordenadora do Fórum LGBT-ES, Deborah Sabará disse que o tempo aberto pela Justiça Eleitoral, de 3 de abril a 9 de maio, foi curto.

“Não tivemos tempo para fazer uma campanha, em nível nacional, para que as pessoas fossem aos cartórios fazer essa retificação. E há também um desencanto das pessoas com a política, se abstendo desse direito do voto. Isso é muito perigoso”, avaliou.

Ainda assim, a iniciativa, segundo eles, é válida. Pois a garantia do nome social no título de eleitor fortalece a credibilidade do sistema eleitoral por reconhecer essas pessoas como elas são.

### OS NÚMEROS DO TRE

MUNICÍPIO	NOME SOCIAL NO TÍTULO
Vitória	15
Serra	12
Linhares	9
São Mateus	6
Vila Velha	6
Guarapari	5
Afonso Cláudio	3
Barra de São Francisco	3
Cariacica	3
Alegre	2
Castelo	2
Colatina	2
Marataizes	2
Santa Leopoldina	2
São Gabriel da Palha	2
Anchieta	1
Atílio Vivácqua	1
Baixo Guandu	1
Bom Jesus do Norte	1
Cachoeiro de Itapemirim	1
Conceição da Barra	1
Itapemirim	1
Pinheiros	1
Rio Novo do Sul	1
<b>Total</b>	<b>83</b>

# Após seis meses, nova CLT ainda precisa de ajustes

Patrões dizem que reforma desengessou relações de trabalho, mas sindicatos questionam que ela não gerou empregos

SÃO PAULO

**S**eis meses após a nova legislação trabalhista entrar em vigor, para trabalhadores e empregadores, ela ainda requer ajustes.

"Ainda não saímos da fase transitória e, por isso, é preciso ter cautela. É cedo para fazer qualquer prognóstico", pondera o advogado especializado em direito do trabalho Maurício Pepe de Lion, do escritório Felsberg Advogados.

Para ele, há pontos da nova CLT que precisam ser ajustados, mas elenca as mudanças positivas.

"A flexibilidade das formas de contratação facilitou adaptações que se mostravam necessárias dos dois lados."

Para o desembargador Wilson Fernandes, presidente do Tribunal do Trabalho da 2ª Região (TRT 2), ainda é prematuro avaliar com profundidade os efeitos da nova lei, mas há críticas às mudanças, principalmente no que diz respeito à responsabilização do reclamante pelo pagamento das custas processuais, honorários de sucumbência e perícias.

"Se isso é positivo ou negativo, depende do ponto de vista. Se levarmos em conta a restrição do exercício do direito, sob a ótica do empregado, pode ser considerado algo ruim, pois essa despesa pode afastá-lo da busca pelo que considera seu direito. Por outro lado, está havendo mais responsabilidade e cautela na proposição das ações."

Do lado patronal, Ivo Dall'Acqua Junior, vice-presidente da Fecomércio-SP (federação do comércio e serviços) elogia a nova CLT por estimular o diálogo. "Uma lei trabalhista não pode ser engessadora. Agora, ela está mais flexível às características de cada setor", afirma.

"Aumentaram as responsabilidades de ambos, patrão e empregado. Mas é cedo para sentirmos e



**NOVA CLT** ainda esbarra em forte resistência por parte de sindicatos e insegurança jurídica nos tribunais

entendermos esse novo modelo de relação."

Contrárias à mudança, centrais sindicais sustentam que, cercada de polêmicas, a lei ainda vai gerar muitos debates e embates. "Um dos argumentos, de que a mudança geraria empregos, era falácia e

caiu por terra", critica Douglas Izzo, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em São Paulo.

"O desemprego e a informalidade cresceram. A lei só tem estimulado a precarização do trabalho."

Para Ricardo Patah, presidente

da União Geral dos Trabalhadores (UGT), a mudança trouxe insegurança jurídica.

"Sem a necessidade de homologar rescisões no sindicato, empregadores têm ludibriado trabalhadores", afirma. "Os acordos coletivos também caíram."

## ENTENDA

### Benefícios e dúvidas sobre a reforma

#### PERDA DE PODER DE NEGOCIAÇÃO

**Número** de acordos coletivos entre um único sindicato e uma empresa, entre fevereiro de 2017 e deste ano, **caiu 24%**

Sindicalistas alegam perda no poder de negociação. Entre os meses de fevereiro de 2017 e deste ano, o número de acordos coletivos entre um único sindicato e uma empresa caiu 24%.

No mesmo período, houve queda de 44% no número de convenções coletivas entre sindicatos patronais e de

trabalhadores.

#### Flexibilidade para contratar

A oferta de novos formatos de contratação é comemorada por patrões, criticada por sindicatos e já atrai alguns elogios entre os trabalhadores.

O polêmico contrato intermitente ganha espaço especialmente nos setores de comércio e serviços.

#### Insegurança jurídica

Pontos da reforma ainda estão sendo questionados na Justiça. O fim da gratuidade das ações, por exemplo, começou a ser julgado no Supremo

Tribunal Federal (STF) após questionamento feito pela Procuradoria Geral da República (PGR).

#### Queda no número de ações

Até por haver indefinições jurídicas, ocorreu queda no número de processos.

O número de novas ações caiu quase **50%**.

Fonte: Folha de S.Paulo.



## PAINEL

## Relembrar é viver

O documento produzido pela CIA em 1974 será usado para reacender o debate sobre a revisão da Lei da Anistia. O memorando diz que o ex-presidente Ernesto Geisel (1974-1979) submeteu o assassinato de adversários do regime ao aval do Planalto. O ex-ministro da Justiça José Carlos Dias quer que integrantes da Comissão da Verdade elaborem texto sobre os papéis liberados pelo Departamento de Estado dos EUA para cobrar que o STF rediscuta o perdão dado a agentes da ditadura.

## Assuntos pendentes

Dias, que coordenou o colegiado em 2013, quer reunir os integrantes da Comissão da Verdade na próxima semana. Sua ideia é que o documento a ser produzido neste encontro também aborde outros pontos, além da revisão da anistia.



## CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br

## Sem ficha-limpa, nada feito

A Lei da Ficha Limpa criou pré-requisitos para pré-candidato em eleições. Um deles é não ter condenações na Justiça.

## Escrito em português

Quem for condenado em julgamento colegiado, na Justiça ou em órgãos como OAB, fica inelegível. Está na Lei da Ficha Limpa.

## A lei proíbe

Condenado em segunda instância. Lula receberá atestado de "ficha suja", caso insista em registrar a candidatura na Justiça Eleitoral.

## Prestígio na Justiça

Roberto Caldas sempre foi muito bem relacionado, especialmente com ministros de tribunais superiores. Ligado à esquerda, acabou na OEA.